

A Riqueza de Angola:

Histórias de Guerra e Negligência

Após mais de três décadas de guerra a situação humanitária em Angola é catastrófica. Os seus recursos petrolíferos e diamantíferos, poderiam transformá-lo um dos países mais ricos do mundo em vias de desenvolvimento. O Governo de Angola tem a responsabilidade de aumentar o seu compromisso relativamente a assistência humanitária e despesas sociais. Além disso, a comunidade internacional tem de exercer pressão sobre ambas as partes em conflito para que dêem passos substanciais em prol da paz.



Resumo executivo

Após mais de três décadas de guerra a situação humanitária em Angola é catastrófica. 78% da população rural vivem em extrema pobreza, e uma criança em cada três nunca atinge a idade de cinco anos.

E todavia, Angola poderia ser um dos países mais ricos do mundo em vias de desenvolvimento. Angola é rica em recursos naturais, particularmente o petróleo. Correctamente administrado, o dinheiro proveniente do petróleo, diamantes e outros recursos naturais poderiam, a curto prazo, dar resposta à crise humanitária de Angola. A longo prazo, estes recursos poderiam trazer prosperidade e desenvolvimento à população de Angola nas próximas décadas. Ao invés, a maior parte do dinheiro é empregue nesta velha guerra de Angola que já dura 26 anos.

Num país em que 90% das suas receitas provêm do petróleo, o sector da energia a nível nacional foi abandonado a decadência; muitas das capitais provinciais ficaram sem electricidade por mais de 10 anos. Na realidade, o sector petrolífero - para exportação - é a única parte da economia que se desenvolveu. Todo o resto ficou paralizado.

Os poços de petróleo de Angola encontram-se principalmente no off-shore; por isso nem as companhias petrolíferas nem o pequeno número de angolanos que beneficia da indústria petrolífera tem muita interação com os angolanos comuns. Isto cria um distanciamento económico e político que encoraja a negligência e mina a responsabilidade. A maioria dos angolanos usufrui pouco dos resultados da riqueza do seu país. Os gastos públicos em serviços sociais, como a saúde e educação, continuam a representar apenas uma ínfima fracção comparativamente ao que é gasto com a guerra. O Governo de Angola não despense o suficiente com a ajuda humanitária, não obstante o facto de existirem milhões de angolanos em carência. 3.8 milhões de pessoas são actualmente deslocados de guerra, o que representa quase um terço da população angolana.

Nas seguintes entrevistas com os deslocados e a análise mais ampla da situação socio-política, a Oxfam apresenta o custo - em termos humanos - da economia angolana de guerra e negligência.

Com o impulso de uma crescente rede de activistas de paz, e com uma melhor responsabilidade do Governo, pode-se começar a vislumbrar as conversações de paz. Todavia, a comunidade internacional tem a responsabilidade de assegurar que movimentos em prol da paz tenham uma plena participação da sociedade civil de Angola. O seu papel será crucial para a monitoria e o apoio à uma paz duradoura.

A Oxfam recomenda que:

- O governo faça mais para assegurar a entrega da assistência humanitária às populações carentes, particularmente nas áreas para onde as agências humanitárias não têm acesso.
- A comunidade internacional doadora aumente as suas provisões para a assistência humanitária em Angola, tendo em conta a escalada do sofrimento humanitário resultante da intensificação das acções militares.

- A comunidade internacional, sob os auspícios da Assembléia Geral da ONU, adote um esquema internacional para a certificação de diamantes brutos, até Dezembro de 2001.
- Tanto a UNITA e como o Governo actuem para pôr termo aos abusos dos direitos humanos cometidas pelas suas respectivas tropas. Uma vez que a solução militar não parece possível, a comunidade internacional tem de pressionar ambos os beligerantes para estabelecer e manter uma paz duradoura.

A Oxfam International trabalha em Angola desde 1989. Nós trabalhamos tanto directamente, como através de parceiros, para desenvolver programas nos domínios de abastecimento de água, de saneamento e de saúde, bem como de educação, segurança alimentar e trabalhos da capacitação para a democracia. Os programas da Oxfam International estão orçados em mais de USD 5 milhões e trabalham directamente com com mais de 350,000 pessoas..

Os diplomatas e os analistas políticos falam sobre " O corredor de Malanje; uma linha de terra áspera em direcção Norte-Sul, da fronteira com a República Democrática do Congo até o coração do país – a este das principais cidades de Malanje e Kuito. Esta área é talvez, a mais disputada região de Angola, uma vez que é apimentada com depósitos de diamantes, a principal fonte de receitas da UNITA.

Os combates continuam a forçar as pessoas a abandonar muitas aldeias dentro e ao redor do município de Malanje. Em Cangandala, os deslocados contribuíram para quase dobrar o número da população da cidade. Muitos milhares de pessoas fugiram do Mussende, uma disputada aldeia na Província do Kwanza de Sul que enfrenta combates quase diários. Um recente levantamento, levado a cabo pelo Ministério da Saúde constatou a existência de 24% de desnutrição aguda e 33% de desnutrição global na região.¹

Fernanda fugiu de Mussende em Abril, dois meses antes da Oxfam a entrevistar num centro de alimentação terapêutica e suplementar em Cangandala. Quando questionada sobre o motivo que a levou a abandonar a sua aldeia, ela retorquiu dizendo que havia uma extrema escassez de comida, sal, sabão e roupa. Ela teria vindo mais cedo, mas a estrada estava bloqueada. Assim que a estrada foi reaberta, ela fugiu com as suas três crianças, todas de idade inferior a quatro anos. A jornada durou quatro dias, e foi muito difícil com as crianças. Ao longo da estrada não havia nada que comer. Uma criança adoeceu e por isso a família se encontra no centro de alimentação.

A UNITA atacou Mussende, permaneceu aí alguns dias e depois retirou-se. Fernanda pensa que objectivo do ataque consistia em raptar os jovens de sexo masculino para combater, e forçar as mulheres a transportar os materiais de UNITA. A irmã da Fernanda foi raptada pela UNITA, e ela não teve nenhuma notícia da irmã desde então. Outras mulheres que recusaram partir com a UNITA tiveram os seus dedos amputados.

Fernanda não pretende regressar à Mussende. Toda a sua família já abandonou a área ou foi assassinada.

Breve História da Guerra

À altura da independência de Angola em 1975, conflito interno já se tinha começado. Um golpe de estado em Portugal ocorrido um ano antes acelerou um rápido êxodo dos colonos portugueses, levando com eles a maioria dos funcionários públicos qualificados e a elite educada.

Em vez de formarem um governo de unidade nacional, os movimentos rebeldes do país viraram-se um contra o outro. O Movimento de Popular de Libertação Angola (conhecido como MPLA) é encabeçado por José Eduardo dos Santos desde 1979. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) é dirigida por Jonas Savimbi.

Parte dos anos setenta e dos anos oitenta, Angola tornou-se num campo de batalha da Guerra Fria. Os Estados Unidos ofereceram uma encoberta ajuda a UNITA para combater o MPLA comunista. Além do apoio financeiro à UNITA, a África do Sul interveio directamente com ataques militares, tentando enfraquecer os acampamentos a Organização do Povo do Sudoeste Africano da Namíbia, (SWAPO), dentro de Angola.

A União Soviética apoiou fortemente o MPLA, com grandes quantidades de armamentos nos anos oitenta. Cuba, também, com o apoio da União Soviética, enviou para o país cerca de 50,000 tropas terrestres.²

Tinham sido descobertas grandes reservas de petróleo ao longo da costa de Cabinda em 1968, tendo relegado para o segundo plano a exportação do café que detinha a primazia em Angola. Por causa da sua localização geográfica, situando-se no off-shore e distante dos territórios disputados, o petróleo tem financiado em grande parte a guerra do lado do governo. Os diamantes - disponíveis sem muito investimento de capital em muitas das áreas incontroláveis - tem historicamente financiado a guerra da UNITA.

Em 1989, o progresso em prol da paz foi apenas conseguido graças a significativa pressão internacional. Os Acordos de Bicesse de 1991 culminaram com as eleições gerais em 1992. Porém, o país tornou a mergulhar-se na guerra depois da UNITA ter recusado aceitar a derrota eleitoral. Os dois anos seguintes testemunham alguns dos mais cruéis combates da recente história de Angola.

O Protocolo de Lusaka, assinado em 1994, baseou-se nos anteriores Acordos de Bicesse, mas com a introdução de novos factos da partilha de poder. Não obstante ter estado sob a cerrada supervisão das Nações Unidas - e cerca de 7,000 capacetes azuis - este plano de paz também fracassou. O fracasso do protocolo ocorreu principalmente porque as partes beligerantes recusaram cumprir alguns dos seus aspectos fundamentais, como o desarmamento.

A principal lacuna do Protocolo de Lusaka foi a incapacidade de incluir a sociedade civil nas negociações. Além disso, o facto de nenhuma das violações do acordo ter sido tornada pública, incluindo as violações dos direitos humanos, reduziu a capacidade de sociedade civil em monitorar a situação e exercer pressão política para prevenir um retorno a guerra.

O Conselho de Segurança da ONU declarou um embargo de armas e combustível contra a UNITA em 1993, impôs restrições de viagem em 1997, e finalmente sanções contra a comercialização dos diamantes e os activos financeiros em 1998. Os observadores internacionais concordam que estas últimas sanções tiveram sucesso na corte das receitas da UNITA. Se restringiu, não retirou a sua capacidade de prosseguir a guerra. Ao invés, a UNITA retomou a guerra de guerrilha. Agora dependem menos da artilharia pesada e combustível, e mais de tácticas de terror e da capacidade de apoderar-se da comida e dos outros recursos da população.

Em 1998 ambos os lados reiniciaram em força a guerra, e o combate perdura até o momento. Tanto a Unita como o Governo são acusadas de cometer abusos dos direitos humanos contra a população angolana, incluindo o recrutamento forçado, uso de menores nas suas forças militares, raptos, assassinato de civis (quer directamente ou por indiferença assustadora) violência sexual e pilhagem.³

No momento da elaboração deste documento, não se vislumbra claramente nenhuma vitória militar para qualquer um dos lados. Os ataques acontecem diariamente, e aumentaram de intensidade nos últimos meses.

Por exemplo, o ataque contra Caxito no dia 5 de Maio, uma cidade há aproximadamente 60 quilómetros de Luanda, envolveu a capital numa onda de choques. O ataque resultou na morte de cerca de 200 pessoas, centenas de feridos, e o rapto de cerca de 60 crianças (mas depois libertadas, através da Igreja Católica). Além disso, cerca de 50,000 – 70,000 pessoas foram deslocadas por causa da violência, caminhando em direcção a Luanda em filas de longos quilómetros.⁴

Situação Humanitária Actual

As consequências humanitárias de quase três décadas de luta atingiram o nadir. As Nações Unidas estimam que a guerra tenha gerado a deslocação de 3.8 milhões de pessoas, quase um terço da população angolana.⁵ Existe um quase contínuo maciço movimento de pessoas pelo país: 101,000 pessoas foram reportadas como novos deslocados apenas entre Janeiro e Abril de 2001.⁶

Os deslocados continuam a chegar a lugares inseguros, pouco conhecidos e hostis caracterizados por parco ou nenhum acesso à comida, falta de água potável ou abrigo básico. Além disso, as oportunidades educacionais, serviços de saúde e oportunidades de emprego são extremamente limitadas nas províncias para todos, mas particularmente para os deslocados.

O Governo reivindica o controlo de cerca de 90% do território nacional, mas só pode assegurar as principais vilas e cidades; a maior parte do interior continua inacessível por estrada. Uma grande maioria da ajuda humanitária tem de ser entregue por via aérea, uma vez que as colunas são frequentemente atacadas e pilhadas. Mais de 500,000 pessoas - possivelmente perigosamente carentes de alimentos e abastecimentos - continuam inacessíveis devido à insegurança.

Um recente estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA-NU) em Camacupa (uma cidade parcialmente acessível na Província do Bié) proporciona uma amostra do que pode ser a situação humanitária em outras áreas. A ONU reportou que Camacupa regista uma taxa de 46%;⁷ os índices podem ser eventualmente até piores em outros locais..

É sabido que tanto a UNITA como o Governo têm plantado minas terrestres, não obstante o facto do Governo ter assinado – ainda não ratificado – a Convenção de Ottawa de 1997 contra o uso e armazenamento das minas terrestres. Já existe em Angola 70,000 a 90,000 mutilados, vítimas directas do uso generalizado das minas terrestres. Em muitos dos casos são mortas ou mutiladas as mulheres ou jovens meninas por minas terrestres, uma vez serem elas as que são frequentemente enviadas a forragear os meios básicos de sobrevivência, como comida, lenha e carvão.

Os exemplos de extorsão, estupro e agressão física são reportados geralmente como perpetrados por ambos os lados do conflito. Embora seja importante reconhecer os abusos dos direitos humanos cometidos pela UNITA, o Governo tem a grande responsabilidade pela disciplina das suas próprias tropas, e pela protecção de toda a população, independentemente da etnicidade ou localização geográfica.

Além dos efeitos directos da guerra, a pobreza endémica deixou o país num estado de desespero. A esperança de vida é de apenas 47 anos de idade, e Angola figura-se no

160º lugar na lista dos 174 países classificados no Índice do Desenvolvimento das Nações Unidas.⁸ Tem a segunda taxa de mortalidade infantil mais elevada do mundo; uma criança em cada três morre antes de atingir a idade de cinco anos.⁹ Apenas 17% das crianças estão vacinadas e somente 31% da população têm acesso à água segura.¹⁰ 40% das salas de aulas foram destruídas ou saqueadas, e menos de 5% dos municípios de Angola possuem sistemas de justiça funcionais.¹¹

Angola enquadra-se bem abaixo das médias para a África Sub-saariana em quase todos indicadores de saúde, saneamento básico e educação. Algo está terrivelmente errado num país com tal potencial para riqueza e desenvolvimento.

A Lúcia e Avelina, uma mãe e a sua filha adulta (que tem seus próprios filhos), abandonaram Mussende por causa da guerra. Avelina chegou à Cangandala em Janeiro, em busca de ajuda médica para uma criança que estava doente. O marido dela, um professor, desapareceu na Província do Bié, e ela teve de virar-se sozinha.

A Lúcia fugiu na sequência de um ataque em Fevereiro quando foi quase morta por uma projectil que explodiu em sua casa. Cinco outros membros de família morreram naquele ataque; a Lúcia sobreviveu, mas ficou gravemente ferida na perna. Ela foi levada ao Rio Kwanza, mas a ponte estava destruída. Com ajuda do exército, ela atravessou o rio pela canoa e foi depois levada a juntar-se à sua filha no campo de deslocados. A Lúcia recuperou bastante depois do tratamento, mas ainda não pode andar muito.

Além da escassez de comida, sal e roupa em Mussende, estas mulheres testemunharam uma alarmante escalada da violência. Tanto as tropas governamentais como as da UNITA abusam das mulheres.

Porém, uma vez, quando as tropas governamentais supostamente estupraram as mulheres na cidade, o seu chefe reuniu toda a comunidade depois do incidente. Então o chefe alvejou mortalmente os cinco homens acusados dos crimes, diante da comunidade.

As mulheres ficaram chocadas, porque nunca tinham presenciado alguém ser executado.

Resposta humanitária

A ONU estima que 1.2 milhões de pessoas – dos milhões dos afectados pela guerra – beneficiam da ajuda internacional ou governamental. A comunidade internacional, que trabalha com as agências e ONGs angolanas e internacionais, prestam os serviços de saúde, saneamento básico, comida e água à uma fracção dos deslocados e pessoas empobrecidas pela guerra que assola Angola.

Segundo a ONU, a comunidade internacional forneceu aproximadamente USD140 milhões em resposta ao Apelo Consolidado da ONU 2000 (PAC - ONU), o que representa cerca de 54% das reais necessidades. Até agora, apenas 34% do PAC 2001 foi financiado¹². A ONU reportou que, apesar dos preocupantes níveis de desnutrição em certas bolsas, as insuficientes ou atrasadas contribuições para Programa Alimentar Mundial (PAM) conduziu a roturas na linha de abastecimento e flutuações nos níveis da ração.

O governo angolano deu alguns largos passos, particularmente no trabalho com a OCHA - NU para integrar na legislação nacional os Padrões Operacionais Mínimos para o reassentamento dos Deslocados. Porém, o reassentamento tem muita carga política. Lamentavelmente, desde Agosto de 2000 não houve nenhum caso de reassentamento que tenha sido cabalmente executado ao abrigo da nova lei.

É crucialmente importante que as pessoas sejam apenas reassentadas através de procedimentos que respeitem a voluntariedade e a transparência. Devem ser solucionadas as preocupações relativas a protecção dos ataques e segurança alimentar antes de encorajar o movimento de largos números de pessoas. O governo é no final das contas responsável pela segurança destas povoações, e tem de assegurar que as populações civis não sejam colocadas na posição onde sejam usadas como escudos humanos. Isto periga não apenas a segurança da população, como é também contrário ao direito humanitário internacional.

A resposta do governo à crise humanitária tem, até a data, sido inadequada. Os funcionários do governo não se esforçaram o suficiente para assegurar que as populações isoladas ou realojadas pudessem ser acessadas para possibilitar a prestação da ajuda de emergência.

Existem lugares onde o governo tem acesso, mas continuam muito inseguros para as agências humanitárias operarem. Por exemplo, a administração do Estado foi reposta em Cazombo, na Província de Moxico, e condições são supostamente bastante sérias para milhares de deslocados na área. Contudo, ainda não foi concedida a autorização de segurança, e pouco esforço tem sido feito para a abertura de corredores humanitários.

Muitos locais nas Províncias do Uíge, do Zaire e Malanje estão num estado semelhante. Não obstante o facto das necessidades humanitárias serem temíveis e qualquer resposta seria de salvamento de vidas, o governo não mobilizou o necessário para prestar a ajuda à população.

Além disso, abundam exemplos de constrangimentos de logística evitáveis. No Kuito, um município disputado alberga cerca de 158,000 deslocados. Actualmente o aeroporto só pode receber 50-60% do que é necessário para satisfazer as necessidades operacionais humanitárias. Embora já tenha sido assinado, há dois anos atrás um contrato entre o Governo da província e uma empresa privada para a reparação da pista, a mesma ainda não foi reparada.¹³

Em Camacupa, uma área com cerca de 30,000 deslocados em necessidade urgente, a pista não é reparada há 15 anos. O aeroporto do Huambo também está a ser reparado, de forma que os voos só podem aterrar e descolar no período da manhã. Em Mussende, de onde muitos dos deslocados entrevistados pela Oxfam fugiram, a pista está minada e não pode ser usada. Considerando que mais de 75% da ajuda humanitária é entregue por via aérea, o desleixo face às pistas de aterragem é mais do que apenas um obstáculo para a prestação da assistência; é uma ilustração gráfica da falta da responsabilidade do governo perante a população. Porém, é vitalmente importante manter os aeroportos abertos mesmo que estejam a ser reparados, uma vez que são vitais para as províncias.

Além disso, a escassez de combustível constitui o problema principal em muitas das áreas de crise. Por exemplo, em Malanje a principal ONG de desminagem da qual depende o governo para desminar as áreas destinadas ao reassentamento dos

deslocados, teve que reduzir as suas operações devido a falta de combustível disponível.

A Oxfam também, teve de reduzir em seis semanas os seus programas em Malanje nos meses de Fevereiro e Março, após o qual a Oxfam decidiu transportar por via aérea o seu próprio combustível de Luanda. Foram despendidos uma quantidade considerável de tempo e dinheiro, resultando no corte de benefícios para a população local. A Oxfam teve de suspender as perfurações para aquele período, numa altura em que poder-se-ia ter sido criados 7-8 novos poços, fornecendo água limpa para até 8,000 pessoas. O governo não deu passos adequados para facilitar o transporte do combustível para as populações que vivem nestas áreas ou para as ONGs que aí operam.

As populações que necessitam da assistência de salvamento de vidas também estão privadas da assistência humanitária por causa da insegurança. Recentemente, os ataques às colunas perpetrados tanto pelas tropas governamentais como pelas forças militares da UNITA causaram morte ou ferimentos aos civis. Por exemplo, no dia 11 de Maio um ataque contra uma coluna na estrada Cacuso-Lombe em Malanje resultou na morte de sete civis e o ferimento de outros 23. Na mesma estrada, uma coluna humanitária foi atacada por militares das forças armadas governamentais no dia 10 de Março, resultando na morte de seis civis. Estes ataques, apenas dois exemplos dentre muitos, limitam severamente a capacidade das ONGs, das agências internacionais ou outros provedores de serviços para levar a cabo o seu trabalho. A insegurança dificulta também a agricultura, o comércio ou outros passos para a recuperação económica.

O governo pode e deveria fazer muito mais para garantir a segurança do pessoal da ONG e das colunas humanitárias. Além de manter disciplina das suas próprias tropas, o governo deve ser muito mais proactivo para assegurar as estradas chave para estabelecer corredores humanitários.

Okea é um velho, um Soba respeitado, ou líder, de Massango. A Oxfam entrevistou-o em Quessua, num temporário campo de deslocados fora da capital, Malanje. Ele informou que foi forçado a deixar a sua aldeia porque a UNITA assassinava as pessoas, e ele, como o líder, teve que decidir quando partir.

Ele recebeu aqui, a ajuda do governo e das ONGs, mas não pôde cultivar porque não possui nenhum utensílio agrícola. O governo tem encorajado as pessoas a mudarem-se para Lao, outra área mais distante da cidade, mas muitos dos deslocados resistiram à essa transferência. Embora Lao tenha sido desminado, as pessoas acham que o local é inseguro. Lao é muito mais perto do local onde se sabe a UNITA avança, e recentemente aumentaram-se os ataques.

Com ataques há 2 quilómetros do centro da cidade, as pessoas estão mais amedrontadas. Mesmo com um campo de minas activo há apenas 20 pés das suas tendas em Quessua, Okea diz que eles prefeririam permanecer onde se encontram a correrem o risco de serem novamente atacados.

Factos e potencial da indústria Petrolífera

Angola é potencialmente um dos países mais ricos do mundo em vias de desenvolvimento. É o segundo maior produtor de petróleo da região sub-Sariana e o quarto maior produtor de diamantes do mundo em termos de (valor)¹⁴

Em 1999, foi descoberto o equivalente a 1.39 bilhões de barris de petróleo em Angola, o terceiro em termos de descoberta depois do Irão e Arábia Saudita.¹⁵ A *Economist Intelligence Unit* declarou Angola como “o país incontestavelmente mais promissor do mundo para a exploração petrolífera.”¹⁶

Os Executivos da indústria petrolífera estimam que em dez anos a produção de petróleo em Angola ultrapassará a da Nigéria. Geridas de forma apropriada as reservas petrolíferas de Angola de 10 bilhões de barris poderiam durar 35 anos.¹⁷ Dependendo do preço do petróleo, da produção, e dos acordos de partilha de lucros a indústria petrolífera podia trazer aos cidadãos de Angola dezenas de bilhões de que tão destemperadamente precisam.

Contudo presentemente a indústria petrolífera beneficia apenas poucas pessoas. De uma população de quase 12 milhões apenas 10,000 pessoas estão empregadas no sector petrolífero.¹⁸ Em virtude de as reservas se encontrarem principalmente no off-shore, e fora do alcance da UNITA desenvolveu-se uma economia de enclave. Isso proporciona um santuário económico distanciado dos efeitos da Guerra de Angola.

Além disso, o petróleo é uma forma de capital-intensivo que requer investimento em formação e outro capital humano. Este tipo de investimento de um lado domina a economia e impede qualquer estratégia de desenvolvimento a longo prazo. Isto é perigoso para um país, que tão fortemente depende de um recurso não renovável.

Existem mais de 30 empresas multinacionais investindo no sector petrolífero de Angola, incluindo a *Chevron, Elf, Exxon Mobil (Esso), Texaco, BP-Amoco, Shell, Statoil e a AGIP*. Destas empresas, algumas registaram lucros quase globais nos primeiros três meses de 2001.¹⁹

Os EUA compraram 62.7% da exportação petrolífera de Angola em 1998.²⁰ Isso significa cerca de 8% do petróleo total importado pelos EUA.²¹ Com a chegada da administração Bush-Cheney em Washington e preocupações relativamente a nova “crise energética”, os EUA parecem estar a procura de aumentar esta percentagem para 15%.²² O facto de o Angolano poder brevemente vir produzir mais petróleo do que Kuwait garante que o país passará a ter um crescente interesse estratégico.²³

O sector petrolífero proporcionou mais de 90% da exportação oficial externa e 80% de receitas do governo em 1999²⁴. Constitui uma grande desvantagem para a população Angolana o facto da economia depender tão fortemente do petróleo. Esta dependência de apenas um produto de exportação deixa o país muito vulnerável à flutuações de preços nos mercados internacionais.

Este tipo de economia de enclave encoraja a negligência de outras indústrias. O sector petrolífero é o único da economia que se expandiu desde a independência. De facto qualquer outro sector ruiu ou foi abandonado à decadência. Angola exportou açúcar, arroz, tabaco e peixe numa dada altura. Foi igualmente o terceiro maior produtor de café; o café é agora produzido a 1% comparado com os níveis de 1970.²⁵ Angola exportava alimentos. Agora o país recebe uma média de 200,000 toneladas de ajuda alimentar por ano.²⁶

O comércio legítimo de diamantes arrecada apenas 7% de receitas governamentais e todos os outros produtos combinados totalizam apenas 1% das exportações totais.²⁷ A agricultura, o fabrico e o movimento de alimentos e serviços foram cortados devido à insegurança e falta de investimento em infra-estruturas.

Mesmo sendo Angola um país produtor de petróleo a energia é um problema significativo para a população. No início de 2000, o preço do combustível aumentou 1,400%, aumentando grandemente a miséria da população que necessita de combustível para cozinha e transporte. ²⁸Os especialistas estimam que o sector de energia decaiu a ponto de ½ da capacidade de gerar energia ter estado perdida; algumas capitais de província estão sem energia há mais de dez anos.²⁹

Petróleo, Diamantes e Guerra

Num ambiente económico como este a transparência é um factor particularmente crucial. Quando o governo e as indústrias não são transparentes grandes somas de dinheiro simplesmente desaparecem. Isto cria um sistema paralelo informal de finanças que escapa o escrutínio público.

Às empresas e organizações internacionais que trabalham em Angola não tem sido exigido a transparência como o têm sido nos outros países. Isto tem estado a contribuir para um ciclo vicioso em que o dinheiro não tem sido responsabilizado e a população recebe pouco ou nenhuns benefícios dos recursos naturais do seu país.

Por exemplo das trinta empresas petrolíferas que operam em Angola a BP é a única que declarou publicamente que iria divulgar informações sobre as suas receitas e sobre os pagamentos em Angola. Esta não é uma decisão qualquer uma vez que a BP irá investir 7 bilhões em Angola nos próximos 10 anos. O resto das empresas tem estado silenciosas.

A falta de transparência é um grande problema num país em Guerra e o facto de que a maioria das receitas do governo advém de um pequeno enclave encoraja a negligência dos interesses da vasta maioria da população.

O governo Angolano está a levar a cabo um “Diagnóstico Petrolífero” como parte do seu Programa Monitorado (SMP) com o FMI. O SMP é um conjunto de metas financeiras, políticas e de programas que o governo deve alcançar para poder obter empréstimos de taxas de juros bonificadas e, possivelmente o auxílio da dívida. Em Agosto de 2001, foi prorrogado até Novembro de 2001, o período para cumprimento das exigências de SMP.

O Diagnóstico Petrolífero é uma tentativa de esclarecer que receitas petrolíferas que o país recebe comparativamente ao que fica com a Sonangol, a empresa petrolífera estatal e o que é depositado no banco central. Este pode ser o primeiro passo no sentido de se estabelecer uma melhor transparência e responsabilização do governo e da indústria petrolífera³⁰

Mas uma limitação chave do Diagnóstico é que os resultados do estudo não estão abertos ao público. Isto afecta seriamente a capacidade da sociedade civil de fazer a monitoria do seus próprios representantes governamentais e limita a sua habilidade de fazer *lobby* em seu próprio nome.

Existe uma crescente rede de pessoas a trabalhar para a paz no país mas a falta de transparência constitui o maior obstáculo ao seu trabalho.

O dinheiro do petróleo e em certa medida os diamantes foram usados para financiar directamente a guerra. Por exemplo USD 870 milhões proveniente da assinatura do pagamento do bónus das águas profundas de Angola dos blocos 31, 32 e 33 foram usados pelo governo para a compra de armas de acordo com o que foi afirmado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola. Em muitos casos os pagamentos não são do conhecimento do Ministério das Finanças e do Banco Central.³¹ As empresas dominantes nesses blocos são a BP-Amoco, Exxon-Mobil e a Elf.

A Elf esteve também envolvida nos casos vários grandes negócios de compra de armas em França, incluindo o julgamento do falecido filho do Presidente Mitterand. Jean-Christophe Mitterand foi acusado de tráfico de armas e lavagem de dinheiro, ligado a negócios Franco-Angolanos levados a cabo entre o Ministro do Interior de França e o Presidente Dos Santos.³² Contudo o caso foi retirado por motivos legais.

De acordo com os dados do FMI, o governo gastou 41% do seu orçamento de 1999 na Defesa e na Ordem Pública. Esta proporção é exagerada uma vez que para a educação tem-se gasto apenas 4.8% e 2.8% para a saúde.³³ Mesmo comparado com os outros países em vias de desenvolvimento em África, esta percentagem é baixa. O Quênia, por exemplo, gastou 18.8% do seu orçamento na educação em 1996; o Botswana e a Namíbia gastaram cada um cerca de 22%.³⁴

O governo reportou que gastava 1.2 bilhões por ano em defesa. Em tempos de paz – admitindo, uma paz tensa – o governo Angolano ainda assim dedicou 18% do seu PIB à defesa³⁵. Este dinheiro, mesmo sendo uma fracção do mesmo, é mais do que suficiente para garantir a segurança alimentar à todos os afectados pela guerra no país. Isto significa por exemplo 20 vezes o orçamento para o PAM proposto pelas Nações Unidas.³⁶

Apesar de a Oxfam não questionar o direito de um governo defender a sua população numa guerra civil, o alto nível de dispêndio militar faz com que seja mais ainda importante que as transações em armamento sejam feitas com uma maior responsabilidade perante o público.

O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) não é claro relativamente ao montante que o governo atribuiu à ajuda humanitária. De acordo com as fontes do PNUD, o governo atribuiu 3.4% do seu orçamento ao MINARS em 2001, cobrindo a ajuda humanitária, salários, e custos administrativos.³⁷ Mas a quase-completa falta de transparência impede qualquer progresso de tentar discernir quanto e onde é gasto o dinheiro. Os grupos locais, as redes da sociedade civil e as ONGs nacionais têm pouca influência no seu próprio governo, uma vez que essa informação não está disponível para consumo público.

Do lado da UNITA, a exploração ilegal e não transparente de recursos naturais facilita de forma inquestionável o esforço de guerra. A ocupação das áreas diamantíferas chave prova ser bastante lucrativa uma vez que os diamantes podem ser vendidos ou trocados por alimentos, combustível, ou munições apesar dos embargos das Nações Unidas.

Os depósitos aluviais de diamantes encontram-se na superfície dos rios e torna-se relativamente fácil a um indivíduo com pouco ou nenhum equipamento retirar o diamante. Contrariamente ao petróleo os diamantes aluviais precisam de pouco investimento de capital, mas o processo é de trabalhoso e envolve um elevado número de pequenos actores para ser lucrativo. Angola tem também depósitos de

kimberlito de diamantes mas os mesmos requerem tecnologia mineira de elevado capital e não desenvolveu de forma significativa.

Os especialistas concordam que a exploração de diamantes fez com que a UNITA tivesse capacidade de adquirir armas e reabastecer em artilharia pesada utilizada para flagelar o Kuito e outras cidades capitais em 1992-1994, na altura da guerra. Este cerco de guerra é responsável pela à morte de dezenas de milhares de pessoas.³⁸

A UNITA obteve 600-700 milhões de dólares de diamantes no seu auge em 1996, antes das Nações Unidas terem imposto sanções sobre os diamantes e o património financeiro da UNITA em 1998. Desde as sanções e como resultado de algumas ofensivas de sucesso por parte governamental resultando na reconquista ganhar de minas chave, os especialistas estimam que as receitas da UNITA provindas dos diamantes baixaram para 120-300 milhões de dólares em 1999.³⁹ Não obstante os diminutos de abastecimentos as regiões diamantíferas continuam a ser palco de conflito.

António nasceu em Cangandala em 1954, e vive numa aldeia a nove quilómetros fora da cidade. Ele diz que tem tido uma vida difícil, com trabalho árduo e doenças e muitas vezes houve falta de alimentos. Visitou o centro médico em virtude de estar a sentir dores no peito.

Agora vive sozinho. A sua esposa foi morta por uma bala perdida durante um ataque da Unita em 1998. Há informações de que a população local tem muitas dificuldades e a cidade chegou ao seu limite em virtude de aí haver muitos deslocados. Há um pouco de tensão entre deslocados e residentes, uma vez que estão todos afectados pela guerra e pela pobreza.

Os efeitos da pobreza não podem estar isolados um do outro. Ele disse que a guerra traz a pobreza. Se não houvesse guerra não haveria nem a fome nem a falta de alimentos. As pessoas dependeriam apenas de si próprias e não das NU, ONGs ou outrem. Desde a guerra que tudo está destruído. Outros problemas como a água foram também exacerbados pela guerra.

Quando se perguntou se a guerra pararia ele confessou que não sabia. Duvida que as pessoas parem com a guerra e pergunta-se se Deus irá para a guerra pelos homens. Aqueles que acreditam que se tem de parar com a guerra, têm de convencer os que estão a fazer a guerra ver o sofrimento do povo. Os que estão a fazer a guerra, devem de dialogar pela paz, diz ele porque as pessoas estão a sofrer muito.

Possibilidades para a Paz

Nos últimos dois anos tem aparecido uma rede crescente de paz na sociedade civil Angolana que tem estado a ganhar uma grande dinâmica. Em 1999 os líderes escreveram e assinaram um manifesto de paz, o primeiro desse tipo no país. Em 2000 a COIEPA um comité conjunto de igrejas para a paz juntou 10,000 pessoas numa marcha de paz em Luanda, exigindo o fim da guerra.

No dia 1 de Junho de 2001, cerca de 2.000 crianças marcharam na capital pedindo o fim do abuso, rapto, recrutamento e exploração das crianças. Isto é particularmente comovedor depois do ataque à Caxito, durante o qual foram raptadas um grande grupo de crianças.⁴⁰

Os líderes das igrejas têm sido críticos em relação às políticas tanto do governo como da UNITA. Eles tornaram-se recentemente mais transmissores no sentido de pedir o fim de ofensivas militares e a regresso às negociações. Aproveitando a vantagem da nova abertura para o debate político os membros da igreja posicionaram-se recentemente como potenciais interlocutores neutros entre as duas partes e conseguiram facilitar o regresso das pessoas raptadas às suas comunidades.

Enquanto a guerra ainda decorre em muitas áreas em todo o país tem havido movimentações no sentido de haver negociações. Numa carta pública dirigida a igreja em Maio de 2001, Savimbi pediu que a igreja ajudasse a mediação entre a UNITA e o MPLA. Dos Santos respondeu com uma declaração pública de que estaria disposto a negociar se a UNITA honrasse o protocolo de 1994.⁴¹

Mas tanto a UNITA como o MPLA insistem que cada um tenha que cessar os seus ataques militares antes de quaisquer negociações.

O governo Angolano anunciou que iria continuar a ideia da realização das eleições em 2002, não obstante a falta de apoio da igreja e dos grupos da sociedade civil. Isto seria litigioso uma vez que a insegurança provocada pela guerra limita a liberdade de movimento das pessoas e não se realiza há anos um censo populacional nacional. Os activistas da paz receiam que essas eleições venham a trazer uma paz aparente sem mudanças duráveis que reflectam os anseios da população.⁴²

Recomendações

Para a comunidade internacional

- A comunidade internacional, o Banco Mundial, o FMI e todas as empresas financeiras devem continuar a pressionar de forma consistente para que haja transparência e responsabilidade do governo Angolano e as companhias que lidam com as partes em conflito.
- Todas as empresas que operam em Angola devem publicar as suas contas com o governo Angolano de forma transparente incluindo as assinaturas e pagamentos de bónus efectuados.
- A comunidade internacional sob os auspícios da Assembleia Geral das NU deve adoptar um esquema internacional para a certificação de diamantes brutos até Dezembro de 2001. O Governo deve estabelecer sistemas que efectivamente regulem o fluxo de diamantes brutos. A comunidade internacional deve proporcionar apoio tecnológico e financeiro aos governos da região no sentido de estabelecer estes sistemas com a adequada aplicação da lei. O Conselho Mundial de Diamantes e a indústria como um todo deve empenhar-se na realização auditoria e monitoria independente.
- A comunidade internacional de doadores deve avançar com o seu abastecimento para apoio humanitário em Angola face à escalada do sofrimento humanitário originado pelo incremento da acção militar. O apoio à comunidade humanitária, incluindo as iniciativas para a abertura de corredores humanitários devem ter o total apoio político e financeiro da comunidade doadora.
- A comunidade internacional deve pressionar tanto o governo Angolano como a UNITA a reatarem as conversações de paz com total consulta à sociedade civil.
- Devem ser exploradas novas parcerias que desenvolvam a capacidade das ONGs locais e nacionais, da sociedade civil e a administração civil. As iniciativas de paz da sociedade civil devem igualmente ser encorajadas e apoiadas.

Ao Governo de Angola

- À medida que assina novos contratos de petróleo e faz novas descobertas, o governo de Angola tem a responsabilidade de aumentar o seu empenho relativamente ao aumento da ajuda humanitária e despesas com o sector social.

- O governo pode e deve fazer mais para assegurar a entrega do apoio humanitário às populações necessitadas, particularmente em áreas onde as agências humanitárias não têm acesso. Isto equivale ser muito mais proactivo na reparação de pistas essenciais, asseguramento de estradas-chave para possibilitar corredores humanitários e a protecção do pessoal das ONGs e colunas humanitárias. Além disso é necessário resolver-se o problema da falta de combustível.

- Deve-se aderir aos procedimentos operacionais mínimos para o reassentamento dos deslocados. É crucialmente importante que as pessoas sejam reassentadas através de procedimentos voluntários. É particularmente necessária a resolução da situação de segurança alimentar e dos ataques e antes de se encorajar o movimento de grande número de pessoas. O governo é essencialmente o responsável pela segurança dessas povoações e deve assegurar que a população civil não seja usada como escudos humanos.

- O governo deve actuar no sentido de terminar a impunidade pelos abusos dos direitos humanos cometidos pelas suas próprias tropas e agir no sentido de proteger a população como um todo independentemente da etnia e da localização geográfica. Deve cessar o assassinato indiscriminado de civis, o recrutamento forçado de soldados (incluindo soldados menores), a violação e o rapto de mulheres e a utilização minas terrestres.

- Já que uma solução militar não parece viável devem explorar-se novas formas em consulta com a sociedade civil e com a comunidade internacional para se estabelecer e manter uma paz duradoura.

A UNITA

- A UNITA deve acabar com a sua tática de terror contra a população enquanto demora o impasse militar. Deve cessar o assassinato indiscriminado de civis, o recrutamento forçado de soldados (incluindo soldados menores), a violação e o rapto de mulheres e a utilização de minas terrestres.

- A UNITA deve trabalhar com interlocutores neutros para facilitar os corredores humanitários nas áreas por si controladas para aliviar o sofrimento das populações em miséria extrema.

- Em vez de continuar com táticas guerra de guerrilha em que a população é a que mais sofre a UNITA deve explorar possibilidades de uma paz durável.

Notas

- ¹ Dados do Ministério da Saúde, Angola. Março de 2001
- ² Hodges, Tony (2001), pp 11.
- ³ Para mais informações sobre as violações dos direitos humanos, consulte Human Rights Watch (1999), pp 44-79. Or see MSF (2000).
- ⁴ UN OCHA (2001a)
- ⁵ ibidem
- ⁶ UN IRIN (2001) World Food Programme NewsService. 'Facing the Reality of War', 4 June 2001
- ⁷ UN OCHA (2001a)pp.5.See also MSF(2001)
- ⁸ UNDP (2000) pp. 157.
- ⁹ UN OCHA (2000) pp.24
- ¹⁰ Hodges (2001) pp. 32-3
- ¹¹ UN OCHA (2000)
- ¹² Dados da Reliefweb, 'Summary of Requirements and Contributions by affected country/region as of 30 August 2001
- ¹³ UN IRIN WFP NewsService, 4 June 2001
- ¹⁴ Le Billon (2001) pp 57
- ¹⁵ EIU (2000)
- ¹⁶ EIU, as quoted by Hodges (2001) pp. 123
- ¹⁷ Hodges (2001) pp. 90
- ¹⁸ Le Billon, (2001) pp. 61
- ¹⁹ BBC, (2001). 'Oil firms: excessive profits?'. 8 May 2001:
http://news.bbc.co.uk/hi/english/business/newsid_1167000/1167805.stm
- ²⁰ EIU (2000)
- ²¹ Anderson (2000) pp. 46.
- ²² Human Rights Watch (2000a) pp.35
- ²³ Oil company executive, personal communication, January 2001.
- ²⁴ IMF (2000). See also Le Billon (2001)
- ²⁵ Hodges, (2001) pp 95
- ²⁶ ibid. pp.94
- ²⁷ ibid. pp. 133
- ²⁸ EIU (2000) pp 22.
- ²⁹ Hodges (2001) pp.97
- ³⁰ For more information about the oil diagnostic and the SMP, see Human Rights Watch (2000b; 2001)
- ³¹ Human Rights Watch (2000b)
- ³² The Guardian (2001). 'French Arms Scandal nets another top politician'. April 21, 2001. <http://www.guardian.co.uk/international/story/0,3604,476235,00.html>

-
- ³³ IMF (2000)
- ³⁴ Ministry da Educação, Angola 1999 quoted in JMJ international report to Oxfam on Education
- ³⁵ IMF (2000b) *Staff Report for the 2000 Article IV Consultation and Discussions on a Staff Monitored Program*. African Department, International Monetary Fund, June, Washington DC. As quoted in Hodges (2001), pp. 138.
- ³⁶ Personal communication, WFP 8 June 2001
- ³⁷ Government of Angola data from UNDP, personal communication, 18 June 2001.
- ³⁸ Le Billon, (2001) pp. 71.
- ³⁹ Ibid. pp.69
- ⁴⁰ The Economist (2000). "Angola: A new Crusade", vol. 356, no. 8176, July 8 2000.
- ⁴¹ UN OCHA (2001c) 'Angola: IRIN Focus on church's role in new path to peace' June 6 2001.
- ⁴² UN OCHA (2001d) 'Angola: Government committed to elections despite security concerns.' 7 June 2001.
<http://www.reliefweb.int/w/Rwb.nsf/480fa8736b88bbc3c12564f6004c8ad5/f6fec6330aa1598985256a64007333d1?OpenDocument>

Referências

- Anderson, Jon Lee** (2000) 'Letter from Angola: Oil and Blood' in *The New Yorker* August 14, 2000 pp 46-59.
- Economist Intelligence Unit, (EIU)** (2000). 'Country Report: Angola.' August 2000.
- Hodges, Tony** (2001). *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*. Oxford: James Currey.
- Human Rights Watch** (1999). *Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process*. New York: Human Rights Watch.
- Human Rights Watch** (2000a). *World Report 2001*. London: Human Rights Watch.
- Human Rights Watch** (2000b) 'The International Monetary Fund's Staff Monitoring Program for Angola: The Human Rights Implications.' June 22, 2000 (Updated September 25, 2000).
- Human Rights Watch** (2001) 'The Oil Diagnostic in Angola: An Update.' March 2001.
- Fundo Monetário Internacional (FMI)** (2000) 'Angola, Recent Economic Developments'. August 2000.
- Le Billon, Philippe** (2001) 'Angola's Political Economy of War: The Role of Oil and Diamonds 1975-2000'. In *African Affairs* (2001) 100, pp 55-80.
- Médecins Sans Frontières (MSF)** (2000). 'Angola, Behind the Façade of "normalisation". Manipulation, violence and abandoned populations.' 9 November 2000.
- MSF** (2001) 'Angola: warring parties neglect adds to humanitarian emergencies' <http://www.msf.org/countries/page.cfm?articleid=1F42A872-8DD0-4EDE-A383376FF1106DE2>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)** (2000) *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*. Oxford: Oxford University Press.
- Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitárias (UN OCHA)** (2000) *Apelo Comnsolidado Inter-Agências da ONU para Angola*, Novembro de 2000.
- UN OCHA** (2001a): 'Análise Intermédia do Apelo Consolidado Inter-Agências da ONU para Angola, 22 de Maio de 2001.

© Oxfam International 2001

Setembro de 2001

Este documento foi escrito por UM. Bookstein, Conselheiro Político da Equipa sobre o Conflito e Calamidades Naturais da Oxfam GB. Faz parte de uma série de documentos escritos para animar o debate público sobre as questões de desenvolvimento e humanitárias. O texto pode ser livremente usado com a finalidade de fazer campanha, educar, e pesquisar, contanto que a fonte seja cabalmente reconhecida.

Para mais informação envie o e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

Oxfam International é uma confederação de doze agências de desenvolvimento que trabalham em 120 países em todo o mundo em desenvolvimento: Oxfam América, Oxfam Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Community Aid Abroad (Austrália), Oxfam Grã Bretanha, Oxfam Hong Kong, Intermon Oxfam (a Espanha), Oxfam Irlanda, Novib, Oxfam Nova Zelândia, e Oxfam Quebec. Para mais informações queira por favor telefonar ou escrever para quaisquer das agências abaixo.

Oxfam International Advocacy Office, 1112 16th St., NW, Ste. 600,
Washington, DC 20036 Phone 1.202.496.1170, Fax 1.202.496.0128, E-mail:
advocacy@oxfaminternational.org, www.oxfam.org

Oxfam Germany

Greifswalder Str. 33a
10405 Berlin, Germany
+49 30 428 50621 (ph)
E-mail: info@oxfam.de
www.oxfam.de

Oxfam-in-Belgium

Rue des Quatre Vents 60
1080 Buxelles, Belgium
32.2.501.6700 (ph)
E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be
www.oxfamsol.be

Oxfam Community Aid Abroad

National & Victorian Offices
156 George St. (Corner Webb Street)
Fitzroy, Victoria, Australia 3065
61.3.9289.9444 (ph)
E-mail: enquire@caa.org.au
www.caa.org.au

Oxfam America

26 West St.
Boston, MA 02111-1206
1.617.482.1211 (ph)
E-mail: info@oxfamamerica.org
www.oxfamamerica.org

Oxfam Canada

Suite 300-294 Albert St.
Ottawa, Ontario, Canada K1P 6E6
1.613.237.5236 (ph)
E-mail: enquire@oxfam.ca
www.oxfam.ca

Oxfam Hong Kong

17/F, China United Centre
28 Marble Road, North Point
Hong Kong
852.2520.2525 (ph)
E-Mail: info@oxfam.org.hk
www.oxfam.org.hk

Oxfam GB

274 Banbury Road, Oxford
England OX2 7DZ
44.1865.311.311 (ph)
E-mail: oxfam@oxfam.org.uk
www.oxfam.org.uk

Oxfam New Zealand

Level 1, 62 Aitken Terrace
Kingsland, Auckland
New Zealand
PO Box for all Mail: PO Box 68 357
Auckland 1032
New Zealand
64.9.358.180 (ph)
E-mail: oxfam@oxfam.org.nz
www.oxfam.org.nz

Intermon Oxfam

Roger de Lluria 15
08010, Barcelona, Spain
34.3.482.0700 (ph)
E-mail: intermon@intermon.org
www.intermon.org

Oxfam Quebec

2330 rue Notre-Dame Quest
Bureau 200, Montreal, Quebec
Canada H3J 2Y2
1.514.937.1614 (ph)
E-mail: info@oxfam.qc.ca
www.oxfam.qc.ca

Oxfam Ireland

Dublin Office:
9 Burgh Quay, Dublin 2, Ireland
353.1.672.7662 (ph)
E-mail: oxireland@oxfam.ie
Belfast Office:
52-54 Dublin Road, Belfast BT2 7HN
44.289.0023.0220 (ph)
E-mail: oxfam@oxfamni.org.uk
www.oxfamireland.org

Novib

Mauritskade 9
2514 HD. The Hague, The
Netherlands
31.70.342.1621 (ph)
E-mail: info@novib.nl
www.novib.nl

Published by Oxfam International September 2001

Published by Oxfam GB for Oxfam International under ISBN 978-1-84814-217-6